



GT 18. As encruzilhadas entre fazer sofrer ou devolver a dor nas teias governamentais do sofrimento

Coordenador(es):

Larissa Nadai (USP - Universidade de São Paulo)

Anelise dos Santos Gutterres (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Sessão 1 - Sobre fazer sofrer: o sofrimento como técnica e modo de governo

Debatedor/a: Everton de Oliveira (UEM - Universidade Estadual de Maringá)

Sessão 2 - Sofrimento como gramática: enredamentos entre política e práticas de existência

Debatedor/a: Adriana dos Santos Fernandes (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Dando continuidade aos debates iniciados na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, em Brasília, este Grupo de Trabalho aborda a relação entre as diversas malhas governamentais e seus efeitos na condução da vida cotidiana. Especificamente, interessa-nos os efeitos que geralmente são traduzidos como sofrimento, tanto pelos sujeitos que experienciam essa condição afetiva quanto pelos discursos que compõem o aparato governamental e seus modelos de gestão de corpos, populações e territórios. Ou seja, situações de pesquisa cujo nexos está exatamente em situar o sofrimento tanto nas tramas que conformam o aparato governamental em seus mais variados setores, órgãos e instituições, quanto no modo pelos quais os sujeitos se movem por tais emaranhados estatais. Nesse sentido, por um lado, procuramos reunir neste GT, investigações atentas etnograficamente aos modos pelos quais as instâncias estatais induzem (ou refreiam) o sofrimento (físico, moral ou subjetivo) das populações que visam governar, num entrecruzamento cujo móvel está nas práticas de controle, cuidado, intervenção, perscrutação e/ou extermínio de corpos, relações e territórios. Por outro lado, a fim de escrutinar os limites éticos de pesquisa em tais condições - assim como os desafios de uma escrita antropológica da dor que não reincida ela mesma na classificação maciça do sofrimento -, daremos prioridade às reflexões metodológicas e políticas nas quais a antropologia e as ciências sociais sejam o próprio foco de atenção.

Redes, Mediadores e Governança em Domínios de Cuidados no contexto da Síndrome Congênita do Zika

Autoria: Russell Parry Scott (UFPE - Universidade Federal de Pernambuco)

Dando sequência a um work anterior que examinou mães de filhos com a Síndrome Congênita do Zika e suas redes de cuidados em Pernambuco na qual se buscou compreender como as famílias organizam novas mobilidades para: 1) melhorar acesso a serviços de deslocamento das suas moradias para os locais de tratamento; 2) incluir/excluir integrantes da família para efetivar o cuidado; e 3) mudar a residência para perto dos locais de tratamento especializados, este work foca na mediação da formação de redes em diferentes domínios de cuidado (relacionais, de atendimento e de conhecimento), para mostrar as múltiplas maneiras de negociação da governança da vida das mães e das suas famílias provocadas pela inserção num contexto de emergência de saúde de dimensões nacionais e internacionais. Argumenta que a formalização da busca de cidadania e de direitos abre um espaço de interlocução com serviços de atendimento privados e públicos e com pesquisadores que influencia fortemente a formação de redes de relacionamento através do ato de cuidar intensivamente durante o tempo excepcional da epidemia. Através de alguns casos aprofundados, mostra que as mães formam redes de apoio muito seletivamente de entre os seus parentes tanto devido à sensibilidade à condição do filho como deficiente, e não doente, quanto em função das



intensivas cobranças, próprias e alhures, do tempo e da mobilidade dedicado ao acompanhamento. Realce é dado a esferas de saúde, assistência social, previdência e moradia como setores privilegiados de atuação, que formam fulcros nodais para mediação de redes intersectadas. Em cada uma dessas esferas procura ver as negociações realizadas pela mães através de mediadores para elaborar as suas estratégias de vida diante das exigências de cuidados e também da lógica das praticas de controle favorecidas pelos mediadores nas esferas onde operam.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: